

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.509 - PE (2019/0130228-5)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : ISAAC HONORATO DE SALES
ADVOGADO : MARCELO MARCOS DE LACERDA MOREIRA JÚNIOR -
PE024951D
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : RAPHAEL WANDERLEY DE OLIVEIRA E SILVA E OUTRO(S)
- PE036308

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. AUSÊNCIA DE PRESQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 282 E 356/STF. REINTEGRAÇÃO. PRESCRIÇÃO DE FUNDO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por ISAAC HONORATO DE SALES em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que negou admissibilidade ao especial sob a compreensão de que

observe que o disposto nos artigos 10 do Decreto Lei nº 20.910/32, arts. 186, 187, 200 e 927 do Código Civil e ao art. 10, inciso II, da Lei 8.906/94 não foram alvo de debate e deliberação pelo órgão fracionário deste TJPE. Nesse ser assim, perfeitamente aplicável à hipótese (por analogia) o enunciado da Súmula nº 282 do STF, ante a ausência de prequestionamento. Outrossim, o entendimento seguido pela decisão recorrida de que o prazo para propositura de ação de reintegração de policial militar é de 05 (cinco) anos, contados do ato de exclusão ou licenciamento - Decreto nº 20.910/32, mesmo em se tratando de ato administrativo nulo, encontra-se pacificada na jurisprudência do STJ.

Contra tal compreensão, sobreveio o presente agravo.

Ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O conhecimento da matéria trazida a esta Corte por meio de recurso especial pressupõe a ocorrência de prévio questionamento realizado na origem, isto é, efetivo juízo de valor sobre o tema objeto das razões recursais. Na espécie, observa-se que o Tribunal *a quo* não proferiu pronunciamento a respeito do art. 10º do Decreto Lei nº 20.910/1932, sequer implicitamente, porque prescindia de motivos para tanto, ou porque não fora provocado. Se a parte entendesse que persistiam vícios no acórdão deveria

cuidar de opor o recurso aclaratório na origem, providência que não foi observada. Impõe-se, desse modo, o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, nos termos das Súmulas nº 282 e nº 356/STF.

O STJ consolidou o entendimento de que, nas ações em que o militar postula sua reintegração, como na hipótese dos autos, ocorre a prescrição do próprio fundo de direito após o transcurso de mais de cinco anos entre o ato de licenciamento e o ajuizamento da Ação (AgInt no REsp 1717189/AM, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 17/12/2018).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

